

Centro-Dia para Pessoas com Deficiência em Ponta Grossa/Paraná: um espaço educativo?¹

Day center for people with disabilities in Ponta Grossa/Paraná: an educational space?

Centro de día de para personas con discapacidad de Ponta Grossa/Paraná: ¿un espacio educativo?

Angélica Ribeiro de Faria Alves²

Paola Andressa Scortegagna³

Resumo

Este trabalho objetiva analisar em que medida as atividades desenvolvidas no serviço socioassistencial Centro-Dia para pessoas com deficiência em Ponta Grossa-PR se configuram em práticas educativas. A abordagem da pesquisa é qualitativa, caracterizada por uma pesquisa de campo, subsidiada por entrevistas como instrumento de coleta de dados. As entrevistas foram realizadas com duas coordenadoras técnicas do serviço Centro-Dia, de duas instituições distintas do município. Em relação aos resultados, apesar de não haver uma compreensão objetiva por parte das entrevistadas da constituição do Centro-Dia como espaço educativo, a sua configuração, bem como a organização da equipe multidisciplinar e das atividades realizadas revelam o princípio educativo. Os Centros-Dia possuem dificuldades estruturais e sociais, mas, apesar disso, possuem um papel fundamental na construção de uma sociedade inclusiva e igualitária no que se refere às Pessoas com Deficiências (PcDs), acolhendo-as junto com suas famílias, desenvolvendo e melhorando suas qualidades físicas e sociais.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência; Centro-Dia; Espaço educativo; Paulo Freire.

Abstract

The research objective is to analyze the extent to which the activities developed in the social assistance service Day Center for people with disabilities in Ponta Grossa - PR are configured as educational practices. The research approach is qualitative, characterized by field research, supported by the interview technique for data collection. The interviews were conducted with two technical coordinators of the Day-Center service, from two different institutions in the municipality in question. Regarding the results, although the interviews did not provide an objective understanding of the Day-Centre's constitution as an educational space, its configuration,

¹ Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado “O Centro-Dia de referência para pessoas com deficiência e suas famílias em Ponta Grossa: uma via para a conscientização e inclusão social”.

² Mestre em Educação. Professora da Rede Municipal de Educação de Ponta Grossa. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4230102738729042>

³ Doutora em Educação. Professora do Departamento de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9018949836350823>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1243-1989>. Email: paolasortegagna@uepg.br

as well as the organization of the multidisciplinary team and the activities carried out, reveal the educational principle. The Day-Centers have structural and social difficulties, but despite this, they play a fundamental role in building an inclusive and egalitarian society with regard to PwDs, welcoming them, developing and improving their physical and social qualities.

Keywords: Person with disabilities; Day care center; Educational space; Paulo Freire.

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar en qué medida las actividades realizadas en el servicio de asistencia social Centro de Día para personas con discapacidad en Ponta Grossa, Paraná, adoptan la forma de prácticas educativas. El enfoque de la investigación es cualitativo, caracterizado por la investigación de campo, apoyada en la técnica de la entrevista para la recogida de datos. Las entrevistas se realizaron a dos coordinadores técnicos del servicio de Centro de Día, de dos instituciones diferentes del municipio en cuestión. En cuanto a los resultados, aunque las entrevistas no proporcionaron una comprensión objetiva de la constitución del Centro de Día como espacio educativo, su configuración, así como la organización del equipo multidisciplinar y las actividades realizadas, revelan el principio educativo. Los Centros de Día tienen dificultades estructurales y sociales, pero, a pesar de ello, desempeñan un papel fundamental en la construcción de una sociedad inclusiva e igualitaria para las personas con discapacidad, acogiéndolas, desarrollando y mejorando sus cualidades físicas y sociales.

Palabras clave: Personas con discapacidad; Centro de día; Espacio educativo; Paulo Freire.

Introdução

No Brasil, após a Constituição Federal de 1988, foram estabelecidos os direitos fundamentais a todos os cidadãos. Contudo, dentre tantos direitos, programas, projetos e serviços voltados à garantia da dignidade humana aos sujeitos, para erradicar a fome e/ou promover cidadania e autonomia aos seus, ainda nos deparamos facilmente no Brasil com as mais diversas vulnerabilidades sociais, exclusão social, alienação e opressão de vários grupos minoritários, dentre eles, as pessoas com deficiência.

Diferentes políticas públicas estão voltadas à diversidade dos grupos vulneráveis. Estamos em permanente processo evolutivo, sendo a educação entendida em seu sentido amplo, como ciência da educação e concebida para além dos limites da escola. A fim de atender às demandas sociais, a educação constitui-se num campo de estudos voltado às reivindicações de diferentes coletivos sociais, com suas bases teóricas na Pedagogia. Essa base fundamenta nossa sensibilidade em perceber práticas educativas que ocorrem nos diversos âmbitos, de maneira explícita ou implícita e verificar os diferentes grupos identitários.

Dessa forma, destacamos como demanda o grupo de Pessoas com Deficiência e seus familiares. Primeiramente, porque, além de serem um grupo estigmatizado, a vulnerabilidade social é acentuada pelas barreiras sociais e atitudinais que acarretam em isolamento social e segregação, tanto da pessoa dependente, quanto do cuidador ou cuidadora, fragilizando os vínculos familiares e sociais. Em segundo lugar, destacamos que, para além das diferenças, que esses sujeitos possam

assumir suas identidades como parte da diversidade humana e, cada vez mais, possam ser protagonistas nos diferentes espaços e desfrutem da participação social.

Diante do exposto, nos chamou a atenção o serviço socioassistencial Centro-Dia para Pessoas com Deficiência e suas famílias, como único instrumento de política pública voltada a este público em fase adulta, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visa, sobretudo, a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, a desoneração do cuidador ou cuidadora familiar. Assim, esta investigação do tipo qualitativa, objetiva analisar em que medida as atividades desenvolvidas no serviço socioassistencial Centro-Dia para pessoas com deficiência em Ponta Grossa/PR se configuram em práticas educativas.

Para prosseguimento ao processo investigativo, foram identificados os Centros-Dias em Ponta Grossa, por meio do Departamento de Gestão do SUAS da Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa, o qual dispõe da organização do serviço de Proteção Social de Média Complexidade em Termo de Colaboração com instituições não-governamentais, que prestam serviço especializado na área da PCD e/ou transtorno. No total, são sete instituições que oferecem o Centro-Dia para PCD e suas famílias. Dessas, foi possível contato inicial com quatro, de modo que duas possibilitaram visitas e realização de entrevistas.

Após o contato, realizado por meio de visita e apresentação da pesquisa aos profissionais responsáveis, houve agendamento para coleta de dados com uma técnica coordenadora de cada instituição. Seguindo os critérios éticos de pesquisa, as entrevistadas e as instituições não foram identificadas, sendo denominadas como Instituição C e Instituição D, e Técnica 1 (T1) e Técnica 2 (T2). A entrevista foi precedida pela apresentação e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, seguindo imperativos éticos da pesquisa com seres humanos.

Na composição deste artigo, estruturamos algumas reflexões freirianas em interlocução com o Centro-Dia, apresentamos sua composição e estruturação, na sequência analisamos os dados coletados pela pesquisa como fonte de discussão e resultados, e por fim, entretecemos as considerações finais.

Reflexões Freirianas Sobre os Centro-Dia

De acordo com a Convenção de 2008, pessoas com deficiência são aquelas que têm impeditivo de longo prazo, podendo ser de natureza física, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, impedem sua participação social. E, quando as barreiras impedem os sujeitos de interação, isso implica em uma situação de dependência. Para além do corpo, essa situação de dependência é em decorrência das barreiras instaladas na sociedade. Ela é considerada um risco social

e violação de direitos, no qual o Estado passa a oferecer serviços de Proteção Social, de acordo com a Política de Assistência Social. Ressalta-se que as necessidades de cuidados de terceiros, no cotidiano das pessoas com deficiência, em situação de dependência, podem decorrer não só dos impedimentos verificados nos casos de deficiência física ou sensorial (auditiva e visual), como nos decorrentes de incapacidade cognitiva, como no caso de deficiência intelectual, autismo ou de múltiplas deficiências.

Operacionalizado em uma unidade de Centro-Dia de referência, o serviço de Proteção Social para PCD e suas famílias destina-se aos que tiveram violação de direitos, caracterizado por: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias no seio da família, negligência, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade do sujeito, entre outros. Ele possui a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes e que possam contar com equipe especializada na prestação dos serviços, na tentativa de evitar o isolamento e a segregação. Todas as ações devem estar pautadas no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, valorizando a diversidade e na redução da sobrecarga do cuidador, tendo em vista que, muitas vezes, não tem com quem dividir tal responsabilidade. Por isso, são atendidos por este serviço as PCDs e também idosos com algum nível de dependência e suas famílias (Brasil, 2014, p. 37).

As atividades em Centro-Dia são destinadas a jovens e adultos, entre 18 a 59 anos, com deficiência em situação de dependência. O serviço prevê um conjunto de ações, contanto com uma equipe multidisciplinar, que viabilizam cuidados necessários, visando à inclusão social, pautados em metodologias individuais e coletivas, complementados pela família, para que não se configure em um espaço de isolamento e segregação. Os familiares, juntamente com a equipe, definirão quais as demandas de intervenção, por isso, o Plano de Atendimento Individual ou Familiar norteia a os atendimentos e a temporalidade do usuário no serviço.

Essa participação da família, sujeitos e comunidade constitui o que Freire (1967) chama de Capital Cultural, na perspectiva de valorização do sujeito. Segundo o autor, as experiências de vida das mais diferentes perspectivas, incluindo a vertente histórica, a social, a cultural, a política, entre tantas outras, acabam interferindo na forma como os conflitos são encarados e resolvidos pelos indivíduos. Nessa relação de diálogo, a partir das vivências advindas dos grupos, é que os profissionais visualizam as necessidades dos educandos/cuidados e suas famílias na unidade de serviço. Este momento de partilha fomenta o que o serviço postula como Plano Individual/Familiar de Trabalho, daí pode surgir uma prática pedagógica, que venha ao encontro com a realidade dos envolvidos: “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a

realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor” (Freire, 1967, p. 43).

Podemos perceber que as características dessas propostas democráticas e participativas têm alinhamento freiriano com a educação e emancipação e podem ser articuladas com a Educação Social, pois: “A educação nasce como contribuição ao atendimento daqueles que se encontram à margem de qualquer proteção necessária para seu desenvolvimento” (Paiva, 2015, p. 80).

O Centro-Dia está pautado em uma rede de serviços de diversas áreas, como, saúde, psicologia, serviços socioassistenciais etc., de forma transdisciplinar e por ações que mobilizem o fortalecimento social e familiar, como o diálogo. O serviço é composto por uma equipe multidisciplinar e o número de profissionais dependerá do número de usuários, bem como o tempo de permanência. A estadia do usuário pode ocorrer da seguinte forma: 10 horas diárias e nos cinco dias da semana; 4 horas diárias e alguns dias da semana e; em tempo integral alguns dias da semana. O suporte máximo de usuários é 150 e mínimo de 30, por mês.

A equipe multiprofissional será organizada em função ao número de sujeitos participantes do serviço. A equipe de funcionários deverá ser constituída: 01 Coordenador Geral do Serviço (nível superior); 01 Assistente Social; 01 Psicólogo; 01 Terapeuta Ocupacional; 10 Técnicos de nível médio, na função de cuidador Social (Brasil, 2012).

A equipe de referência será responsável pelo planejamento, organização, acompanhamento e monitoramento do serviço, bem como os resultados obtidos, tendo em vista o trabalho de forma interdisciplinar com o grupo. A equipe de nível superior tem a função de elaborar o Plano Individual ou Familiar de Trabalho (como citamos no início deste tópico), de forma colaborativa entre os profissionais, com seus conhecimentos específicos, objetivando apoiá-los, por meio da escuta, orientar os cuidadores sociais e familiares, fornecendo proposição e execução de atividades que promovam o fortalecimento de vínculos e inclusão social, a partir da situação problematizadora (Brasil, 2012, p. 53).

Freire argumenta que os homens devem analisar a si mesmos, pois a problematização do eu e do outro é necessária para conhecer nossa própria história e as relações que estabelecemos no mundo.

Sua ingerência, senão quando distorcida e accidentalmente, não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade para modificá-la. Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo — o da História e o da Cultura implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. (Freire, 1967, p. 41-42).

Historicamente, as pessoas com deficiência foram oprimidas pela sua diferença, pois elas não se enquadram nos padrões estabelecidos pela sociedade. Logo, a valorização da diversidade é um tema recente e ainda encontra resistência em alguns grupos. Sobre a valorização dos sujeitos para a superação da discriminação, tanto de gênero, raça e das diversas diferenças existentes, Freire (2001) nos ajuda a refletir, explicando que:

É impossível pensar, pois, na superação da opressão, da discriminação, da passividade ou da pura rebeldia que elas engendram, primeiro, sem uma compreensão crítica da História, na qual, finalmente, essas relações interculturais se dão de forma dialética, por isso, contraditória e processual. Segundo, sem projetos de natureza político-pedagógica no sentido da transformação ou da re-invenção do mundo. (Freire, 2001, p. 18).

Para que possamos reinventar a história, neste caso em relação às PCDs, é necessário compreendermos todo processo histórico, para que não exercitemos novamente o assistencialismo ou a caridade, mostrando superioridade sobre o outro, mas que, convictos do construto social, possamos nos organizar minimamente, elaborando um projeto político-pedagógico, no sentido de que as ações sejam voltadas para a finalidade de fazer uma nova história, tendo estes como sujeitos como de direitos e cidadãos, elevando o potencial que existe em cada ser.

O profissional cuidador/educador social exerce um papel fundamental, diretamente e constante com o sujeito cuidado/educando, pois atua na realização de atividades básicas que, para além do cuidado, contribuem na superação de barreiras, promovendo autonomia e participação social. Além disso:

O Serviço em Centro-Dia de Referência está relacionado à oferta de cuidados básicos nas atividades da vida diária [...], mas também instrumentais de autonomia e participação, a partir de um conjunto de atividades a serem desenvolvidas sob diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas no grupo. As interações no serviço devem se dar a partir de pontos-chave que promovam a confiança, a autoestima, a motivação e o incentivo da participação do usuário. Na mesma perspectiva, a abordagem com o usuário deve ter como base uma filosofia centrada na pessoa, que se assenta na convicção de que há potencial de desenvolvimento e autonomia em todos os indivíduos. (Brasil, 2012, p. 22).

O esclarecimento de que não existe neutralidade nas relações e que somos “sujeitos-objetos da História” deve vir acompanhado de alguns elementos, como educador para com o educando. Por isso, o educador/cuidador que atua conjuntamente com as pessoas com deficiência precisa se revestir de instrumentos, tanto emocionais, como didáticos e tecnológicos etc., para auxiliar os sujeitos atendidos. No entanto, os educadores devem receber formação necessária para isso, pois a proposta do serviço prestado em Centro-Dia vai além do cuidar, como constatamos nos documentos,

constituindo-se em ações com vistas à humanização dos sujeitos, encontrando-se, nesse sentido, com a teoria freiriana.

Os atendimentos oferecidos às PCDs no serviço em Centro-Dia podem ser articulados com a perspectiva freiriana. Os documentos apontam que o serviço visa: o desenvolvimento da autonomia; a superação de sua condição de dependência; o fortalecimento de vínculos com seu grupo; a emancipação e a humanização. Para tanto, conta com uma equipe de profissionais e estabelece uma organização participativa e descentralizada, porém, sem que se perca de vista a finalidade do serviço. Assim, “[...] fala-se de uma gestão social, uma modalidade que pressupõe um humanismo radical, criatividade e ética ao lidar com uma visão interdisciplinar da realidade social, com as contingências entre o público e o privado na consolidação das democracias” (Araújo; Cruz, 2013, p. 107).

No entanto, para que possam ser esta ponte que liberta os sujeitos e seus familiares, não podem exercer a atividade pela atividade e o serviço não pode ser visto como puro assistencialismo. Por isso, apontamos o que Freire (2001) descreve sobre o conhecimento da História e dos estereótipos disseminados, que impediram por muito tempo o contemplar da diversidade. Partindo dessa premissa, a de que somos produtores e reprodutores da história, considerando as históricas relações entre opressor e oprimido, não podemos agir sem o processo de reflexão-ação constante, para que se faça um trabalho consciente dos sujeitos e se busquem seus direitos e sua essência humana. Sobre isso, destaca que:

Pensar a História como possibilidade é reconhecer a educação também como possibilidade. É reconhecer que se ela, a educação, não pode tudo, pode alguma coisa. Sua força, como costumo dizer, reside na sua fraqueza. Uma de nossas tarefas, como educadores e educadoras, é descobrir o que historicamente pode ser feito no sentido de contribuir para a transformação do mundo, de que resulte um mundo mais ‘redondo’, menos arestoso, mais humano, e em que se prepare a materialização da grande Utopia: Unidade na Diversidade (Freire, 2001, p. 20).

As premissas freirianas em diálogo com os entornos da diversidade são exploradas por Zych e Ujiie (2008) que ponderam que a diversidade é condição humana natural, e que a educação libertadora e emancipadora, instiga o homem à humanização de si, liberando-se, transformando-se, num contínuo processo de comunhão, reflexibilidade e ação. Nesse viés, a práxis que une reflexão-ação é, para as autoras e para Freire (2001), suporte indispensável à prática pedagógica do educador de todos da e na diversidade.

O plano de trabalho, portanto a ser desenvolvido deve estar articulado com a realidade dos sujeitos, considerando sua história de vida, tanto no sentido micro - das relações sociais atuais - quanto históricas, da própria cultura da pessoa com deficiência. Considerando isso, citamos a recomendação contida nas Orientações Técnicas a serem elaboradas e efetivadas no serviço em Centro-Dia:

Centro-Dia de Referência pode desenhar um conjunto de atividades de conhecimento do território onde vivem alguns usuários e criar um Programa de Atividades Culturais. Neste, poderão estar incluídos o Projeto de Arte-Educação, Projeto de Visita Guiada a Museus, Projeto Fotografando a Cidade etc. Nesta perspectiva, todos os programas, projetos e ações devem ser registrados e sistematizados, estabelecendo seus objetivos, mecanismos e instrumentos de gestão, acompanhamento e avaliação de resultados. (Araújo; Cruz, 2013, p. 103).

A execução das atividades está sob a responsabilidade do educador/cuidador social, por isso a importância de uma formação específica voltada para essa área deve ser discutida com eles próprios e com as instituições que ofertam o serviço de Proteção Social Especial, pois, muitas vezes, esses indivíduos aprendem com sua prática, mas a maneira mais efetiva é ser consciente de suas ações, refletindo e agindo intrinsecamente.

O Centro-Dia para Pessoas com Deficiência e suas Famílias

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social integra o tripé da Seguridade Social, assegurada como direito social de caráter não contributivo, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993. Em 2004 foi aprovada a Política de Assistência Social (PNAS) e, em 2005, a Norma Operacionalização Básica (NOB) que, por sua vez, institui o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), regulamentado em 2005.

A resolução nº 109, de 11 de dezembro de 2009, traz em seu artigo 1º, a aprovação da tipificação dos serviços socioassistenciais, organizados conforme os níveis de complexidade. O SUAS organiza e operacionaliza programas e projetos que visam assegurar a proteção social dos indivíduos, preferencialmente os que estão em vulnerabilidade social e risco de vida, a partir das seguintes modalidades: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), essa última subdividida em: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Especial de Alta Complexidade (Brasil, 2009).

A PSB é voltada a todos os sujeitos que estão em vulnerabilidade social e suas ações de programas e projetos devem estar voltadas à prevenção de violação de direitos, fortalecimento dos vínculos familiar e comunitário, além do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos. Já a PSE é destinada aos indivíduos que se encontram em risco e vulnerabilidade social, cujos direitos foram violados.

As ações destinadas têm como objetivo restabelecer os vínculos atingidos - familiar e/ou comunitário, trabalhar com as potencialidades e a inclusão social. Para compreender as diferentes ações e serviços desenvolvidos em cada nível de complexidade.

Em 2012 houve a expansão da oferta do serviço de PSE com o lançamento, pelo Governo Federal, de uma ação importante de ampliação dos direitos da Pessoa com Deficiência, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limite, instituído pelo Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011, de acordo com o compromisso e as normativas estabelecidas pela Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2008, da ONU. Neste plano, estão envolvidos setores que defendendo o trabalho de forma interdisciplinar. Este Plano foi aderido pelo SUAS, passando a ser ofertado em uma unidade de Centro-Dia.

A partir dessas normativas e em consonância com o artigo 19 da Convenção dos Direitos Internacionais da Pessoa com Deficiência, que se refere ao direito de “Vida independente e inclusão na comunidade”, e o acordo pactuado no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - O Plano Viver sem Limites (2012-2014) definem que o serviço seria implantado em unidades de referência em Centros-Dia para Pessoas com Deficiência e suas famílias, podendo ser executado pelo poder público ou entidades conveniadas ao SUAS.

O serviço socioassistencial Centro-Dia é o único instrumento de política pública voltada a este público em fase adulta (18-59 anos), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que visam, sobretudo, a autonomia, fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, desoneração do cuidador ou cuidadora familiar, sendo as primeiras experiências implementadas em 2012 (Araújo; Santana, 2017).

De acordo com a PNAS, o serviço em Centro-Dia pode ser prestado em execução direta ou em parcerias com entidades públicas ou privadas, estas por sua vez devem tomar ciência das diretrizes para oferecer os serviços, referenciar-se no CREAS e no Sistema de Assistência Social, ou seja, disponibilizado por meio da rede socioassistencial.

A Política de Assistência Social e gestão do SUAS em Ponta Grossa é executada pela Fundação de Assistência Social em Ponta Grossa (FASPG), instituída pela Lei Municipal nº 13.010/2017. Na perspectiva de rede socioassistencial, o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade no município é disponibilizado por instituições não-governamentais.

O serviço especializado voltado ao atendimento à PcD e seus familiares é um direito assegurado pela política pública do Centro-Dia. Os entes federativos devem dispor de recursos e/ou termos colaborativos para que se efetive tal direito. Em Ponta Grossa, os serviços de Centros-Dia funcionam a partir de termo de colaboração com instituições especializadas não-governamentais, que já dispõem de atendimentos voltados ao público, conforme às especificidades das suas deficiências.

Em Ponta Grossa são disponibilizados os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, os chamados Centro-Dia para PCDs e suas famílias, totalizando 7 instituições. Essas instituições foram fundadas pela sociedade civil organizada, a fim de disponibilizar um atendimento

que venha a suprir e complementar um atendimento especializado para as diferentes formas da diversidade humana.

Para que possam ofertar o serviço do Centro-Dia, primeiramente a FASPG lança um edital para submissão de projetos que possam ofertar o serviço especializado. Desta forma, as instituições formulam suas propostas, de acordo com o solicitado no edital. Os recursos destinados a cada instituição para realização da oferta do serviço dependerão da pontuação que o projeto obteve em cada edital.

Resultados e Discussão: Centro-Dia via dados coletados

Como já relatado, o campo investigado se relaciona com a área da Assistência Social, de um serviço socioassistencial para PcDs. Percebemos que a presença de alguém da área da educação com fins investigativos parece não ser comum nesses espaços. Constatamos isso a partir da escassa produção acadêmica encontrada e voltada especificamente para esse público e para esses espaços e, também, pela recepção no campo investigativo dos Centros-Dia.

Das duas entrevistadas, uma delas afirmou que possui 30 anos de experiência de atividade na área, mas atua há quatro anos no Centro-Dia. A outra é recém formada em Serviço Social e atua há quatro meses na coordenação do Centro, porém possui três anos de experiência na instituição, devido realização de estágio.

Na segunda parte da entrevista, as duas técnicas foram questionadas sobre: O que é o Centro-Dia de Referência para PCD e suas famílias? Quando ele foi implementado nesta instituição? Quanto à secretaria de AS/Gestão Municipal: I - Qual a função de secretaria? II - Como ela articula as ações do Centro? Anteriormente ao Centro-Dia, havia algum serviço similar destinado a este público?

Como respostas, a técnica da Instituição C, esclareceu que “*O Centro-Dia é um serviço socioassistencial especial de média complexidade. A escola é de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial. E a clínica em um atendimento terapêutico com convênio com o SUS, com a Regional de Saúde*” (T1).

A técnica da Instituição D faz uma explicação mais longa, pontuando, para além do que é o Centro-Dia, alguns aspectos que ela entende como importantes para o seu cotidiano, como o não-uso do termo "usuário".

Aqui nós atendemos surdos e suas famílias, com a surdez e outros tipos de comprometimentos, seja motor... a gente atende aqui no Centro-Dia, com atividades em grupo e essas atividades em grupos, elas vão ajudar tanto os atendidos - uns chamam de usuários e outros de atendidos, que é usuário do serviço né, dessa política - mas nós preferimos chamar de atendidos, porque soa de uma forma né 'Usuários', soa de uma forma estranha. Então nossos atendidos e seus cuidadores, suas famílias.

Então aqui no Centro-Dia, nós atendemos surdos com outros comprometimentos e seus cuidadores. (T2).

Sobre o tempo em que o serviço foi implementado, tanto na Instituição C quanto na Instituição D, ambos têm quatro anos. Quanto à Secretaria de Assistência Social e à Gestão Municipal, a técnica da Instituição D não respondeu. Já a técnica da Instituição C explica a relação entre a instituição e a gestão municipal, apontando os limites de atuação, devido à alta procura, pois não há outro serviço especializado no município para autistas, também relatou as dificuldades do atendimento e as demandas de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Sobre o período anterior ao Centro-Dia, tanto uma profissional, quanto a outra, explicaram que suas instituições já realizavam atividades voltadas ao público específico, mas não se correlacionava a política pública municipal, tinha ação independente. Em uma das instituições havia oficinas de música. Havia também acompanhamento familiar num sentido mais terapêutico e escolar.

No que dispõe composição e características da equipe de trabalho, a técnica da Instituição C respondeu que a equipe é organizada em nível técnico e nível médio e estas equipes são formadas por: *Equipe - Nível técnico superior*: 01 responsável técnica (assistente social); 01 coordenadora e psicopedagoga; 01 psicopedagoga; 01 pedagoga; 01 psicóloga; 01 instrutora de artes; 01 terapeuta ocupacional. *Equipe - Nível médio*: 04 cuidadores; 01 motorista; 01 cozinheira; 01 auxiliar administrativo.

A técnica da instituição D, não fez diferenciação entre o nível formativo dos profissionais da equipe e informou ser formada por: 01 terapeuta ocupacional; 01 psicóloga; 01 dentista; 01 fonoaudióloga; 03 educadores sociais; 01 secretária; 01 assistente social; 01 zeladora; 01 motorista.

Sobre as características formativas desta equipe, a técnica da Instituição C destacou uma cuidadora:

Ela é professora de Inglês, ela é pianista, ela é enfermeira, está fazendo Libras e tem especialização em Musicoterapia. Então, pergunte pra ela sobre alguma coisa...ela tem um preparo e tem oito anos de instituição. Ela tem uma visão muito preparada pra dizer pra mim que eu não posso fazer essa abordagem, que estou fazendo. E a gente fala claramente, porque ela tem domínio naquilo que ela está falando. (T1).

Além disso, a técnica da Instituição C também discorre sobre a postura da pedagoga que faz parte da equipe, a qual já atuou como cuidadora.

Então a pedagoga, ela sabe somar a parte técnica com a parte que ela já adquiriu como pessoa, como um ser humano cuidador. Então é muito legal. Quando eu chego lá, ela está fazendo massagem com creminho na mão dele, antes de fazer a atividade, então ela está cuidando antes de educar, fazer o que aprendeu na faculdade dela, digamos assim. (T1).

A técnica da Instituição D, ao comentar sobre a equipe, explica sobre as nomenclaturas de cuidador e educador. Segundo ela, “*É cuidador, mas eles têm formação como educador (risos), seria cuidador social agora, porque a FASPG mudou né, até o ano passado ou retrasado, até o novo chamamento era ‘Educador Social’. No novo chamamento é Cuidador Social*” (T2).

A referida técnica ainda complementa que acredita que a nomenclatura adequada é “Educador”, pois promove maior valor à profissão e expressa melhor a ação que articula cuidado e educação. Inclusive, ela explica que a equipe possui o curso de extensão de Educador Social oferecido pela UEPG, com a duração de um ano.

Sobre a questão de valorização/desvalorização, a técnica da Instituição C explica que a equipe poderia ser mais valorizada, a partir de uma melhor compreensão do trabalho realizado:

Na questão do entendimento do que a gente faz demandaria valorização da sociedade e dos próprios pais, porque eles chegam lá, deixam a gente ficar com os atendidos e pronto. Eles não entendem tudo que a gente trabalhou com eles naquelas três ou quatro horas. Isso que me afeta um pouco, sabe, às vezes. Não é um depósito, não é um Centro-Dia (em relação à percepção dos pais). Ele tem um alcance maior. Eu só queria, não que me agradeçam, é que consigam compreender isso tudo, valorizar e integrar com a gente. Tem gente que não integra. Chega em casa e faz tudo diferente, tudo bagunçado, não dá valor para o que a criança está conseguindo. Quando está escovando o dente, não continua escovando, manda dormir sem escovar, e a criança já estava conseguindo escovar. Entende? (T1).

A coordenadora faz um desabafo em relação a valorização da educação autônoma e emancipatória dos atendidos com autismo, não ser acolhida como evolução e conquista pelas famílias. Neste sentido, observa-se a necessidade de maior compreensão, não somente das famílias, mas também da própria Secretaria quanto ao papel dessas equipes e do trabalho que realizam no Centro-Dia de natureza socioeducativa.

No que converge as características do público atendido, na Instituição C, o serviço é destinado para crianças, jovens e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias. Além disso, há um suporte, pois o serviço não funciona mais na integralidade do horário. O Centro-Dia faz atendimento durante o período diurno, como explica a técnica 1 (T1): “*O autista precisa de atendimento em paralelo em contraturno, clínica, escola, e alguns não tem nada e tem dificuldade de locomoção, então, para trazer, permanecer o dia todo e voltar para casa à noite, as famílias não conseguem [porque] é essa logística toda*” (T1).

Desta maneira, há dois turnos - manhã e tarde, das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00. A família escolhe o horário, conforme a condição, com atividades e atendimento de uma a quatro vezes por semana.

Em relação à Instituição D, são 86 atendidos, mas a instituição sabe que possui uma demanda muito maior, porém, não tem espaço físico suficiente. Tratam-se de pessoas surdas de todas as idades, mas com predominância para os com mais idade. Há atendimento também para as famílias, como oficinas, enquanto os sujeitos (PcDs) estão em atividades. Como há atendidos adultos, com 18 anos ou mais, há encaminhamento para o mercado de trabalho. Sobre a relação com as famílias há uma articulação muito importante, destacando-se, especialmente, o papel da mãe, da tia, da avó (ou seja, papel da mulher), como essencial na relação com o Centro-Dia, na atenção e nos cuidados.

Sobre as famílias, na Instituição C, a técnica explica que o Centro-Dia tem um destaque importante para o cotidiano, pois quando o filho está no centro, a família tem condição de realizar outras atividades, como organizar a casa ou se dedicar ao trabalho. A técnica salienta que existe uma sobrecarga dos cuidados permanentes e o Centro-Dia colabora com as famílias, ao atender os sujeitos e, de certa maneira, tentar minimizar essa sobrecarga e prevenir outros problemas. Entretanto, a técnica explica que o ideal seria um atendimento integral e não parcial, nos turnos, especialmente para os autistas mais graves.

Há também o retrato dos limites da estrutura física para atendimento desses casos mais graves. A técnica registra novamente o papel da equipe, que desempenha um bom trabalho, mas é limitada quanto à estrutura física. E isso também impacta nessa relação entre Centro-Dia, sujeito e família. De acordo com ela, sobre o trabalho realizado:

Porque aquilo que você quer desenvolver de técnico, não é apenas o técnico, mas aquilo que é mais humano pra família, aquilo que é mais dentro da necessidade de cada um. Alguns não precisam de tantos atendimentos, assim né, no Centro-Dia, que eles têm condições de comunicação verbal, eles já estão numa escola conseguindo uma socialização, mas o que a gente deveria realmente atender são aqueles que estão em isolamento social, anterior ao isolamento social da pandemia né. Aqueles jovens, por exemplo, que estão já nessa fase adolescente-adulto e que não querem mais escola ou não podem mais ter escola, e também para as famílias que estão envelhecendo, as mães cuidadoras principais, as avós. Nós temos oito avós. Então, você veja, uma avó, pra ela ficar o dia todo com um autista adulto que precisa de banho, que precisa fazer a barba e ser atendido em cuidados essenciais?! (T1).

Nesse sentido, a técnica da Instituição C explica as dificuldades das famílias e as responsabilidades que as mulheres assumem nesse contexto. Além disso, ela explica as limitações na esfera pública de atenção e proteção, que impõem ainda mais barreiras. Ela assevera que há situações em que se aciona o Ministério Público e o Conselho Tutelar para acompanhar e atender o deficiente e o seu cuidador familiar. Há casos em que se aciona o Ministério Público, para que os pais assumam o cuidado e a tutela do filho, pois a avó não tem mais condições de cuidar.

Dessa forma, há uma preocupação e uma atenção específica para as famílias. Em especial para essas mães e avós, com atividades especiais voltadas para elas. Da equipe técnica, a psicóloga organiza os grupos e propõe momentos voltados para diversão, entretenimento e atenção, para que essas pessoas possam discutir e pensar em outras coisas, para além do autismo. Sobre estas atividades, a técnica relatou algumas atividades realizadas:

O pessoal vai lá pra fazer a mão/unha delas, pra fazer o cabelo, a gente organiza pra elas fazerem um passeio. A gente já fez um passeio lá no Parque Histórico de Carambeí, agora não dá né, pra fazer [em relação ao momento pandêmico em que se passa a entrevista], no cinema com elas, no shopping. A gente faz atividades assim, às vezes que elas promovam, por exemplo, uma visita no Lar das Vovozinhas, que elas façam um evento, um bazar, ou que elas façam um curso. Elas já fizeram curso de cabeleireiro, já fizeram curso de alimentos, ovos, assim... essas coisas diferentes pra romper o foco autista, sair da realidade. (T1).

A técnica explicou que durante a pandemia, as atividades foram paralisadas, devido ao contexto de isolamento social. Ela ainda relatou que algumas mães, que não fazem parte do Centro-Dia, reclamavam por não estarem participando das atividades propostas. A técnica ainda relatou que no período pandêmico houve o repasse de cestas básicas da FASPG, *kit* de higiene e *kit* de limpeza. Também ocorreu campanha do agasalho. Houve também o envolvimento em outras atividades de assistencialismo, como o Cartão Comida Boa (política assistencial do Estado do Paraná). Há um trabalho permanente para o acompanhamento familiar e a manutenção da independência, diminuição da sobrecarga e encaminhamento para rede de apoio e direito.

Em relação às famílias, a técnica da Instituição D, T2, explica que há uma aproximação muito forte entre os educadores e os atendidos, propiciando uma relação muito forte entre os sujeitos, com vínculos afetivos e sociais. A técnica aponta que há um acompanhamento e direcionamento das famílias para as redes de apoio e direito, observando as necessidades de cada uma, como Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou habitação do PROLAR (cadastro municipal). Além disso, ainda ocorre o acompanhamento domiciliar, com visitas a mais de 40 famílias por mês.

No período de pandemia, o Centro-Dia D buscou outras estratégias para acompanhamento e atendimento, por meio de ligações e videochamadas. Muitos atendidos sentiram o isolamento e queriam o contato com os técnicos (assistente social e os cuidadores). Sobre isso, relatou:

Às vezes, em muitas ocasiões, eu, como assistente social, até mesmo os nossos cuidadores, ficamos no telefone com chamada de vídeo pra poder acalmar esse atendido, até que ele se tranquilize pra gente poder desligar o telefone. Então, a gente acaba trabalhando em horários que não são os nossos horários, mas por amor ao atendido que está ali e a necessidade que ele apresenta. Porque eles não entendem porquê tanto tempo, já devia ter acabado - em relação à pandemia e ao isolamento. Aí a gente olha e vê a necessidade do pai ou da mãe em ligar pra gente.

Alguns não compreendem esse momento de pandemia por causa do seu comprometimento intelectual, pois, muitas das vezes, sabe..., eles não conseguem assimilar. Eles achavam que ia passar rápido, mas esse rápido não passou. (T2).

Além desse acompanhamento, outras ações também foram realizadas pela Instituição D, como a distribuição de alimentos. Além disso, a psicóloga assumiu um outro papel nesse período, com atendimento com horários marcados, para acalmar os atendidos e explicar a necessidade do isolamento social. Há um compromisso com o atendimento de cada sujeito atendido, para que se garanta seu bem-estar e os seus direitos.

Função social do Centro-Dia neste bloco de perguntas, a técnica da Instituição C explica que não somente o Centro-Dia em que está vinculada, mas todos os sete da cidade tem um impacto social muito grande. Ela destaca a importância dos responsáveis técnicos, no sentido do trabalho que realizam e seus resultados.

De acordo T1, os colegas fazem um trabalho muito significativo, mas as famílias precisam ainda entender qual é a função do Centro-Dia e porque os atendidos são denominados “usuário da assistência”, preservando a diferença entre o serviço e a escola. As famílias, segundo ela, ainda não conseguiram entender que o Centro-Dia faz parte do SUAS, que é o Sistema Único da Assistência Social, e que fazem parte do Ministério de Desenvolvimento Social. Sobre essa questão, ela ainda ressalta que:

Tudo aquilo que envolve a Assistência, as pessoas confundem. A gente pretende uma promoção social, é uma questão assim, como o próprio nome diz, é uma proteção social. Então, esse fundo ideológico da Proteção Social, é tudo que está na tipificação dos serviços socioassistenciais, se enquadram dentro dessa ideologia de trabalho. Porque é um trabalho técnico diferente, cada uma das modalidades da Assistência tem o seu objetivo geral e os específicos, ali, os resultados esperados. (T1).

T1 explica que, em 2019, iniciou-se um trabalho formativo junto às famílias sobre os direitos fundamentais, as políticas públicas e qual é a função do Centro-Dia, mas devido à pandemia, esse trabalho foi interrompido. Dessa forma, as famílias ainda não têm clareza das funções do Centro-Dia.

Em relação à essa questão, na Instituição D, T2 - apresenta uma resposta muito semelhante. Segundo T2, ainda falta compreensão sobre qual é o papel do Centro-Dia. Muitas vezes, de acordo com ela, é preciso explicar que o Serviço Social não se limita à distribuição de cestas básicas, mas que vai além, mediando a conquista de direitos, de assistência e de direcionamento, num entendimento de que é necessário ter autonomia. As famílias precisam superar a ideia de que a assistência se limita à ideia de doação, de que irão levar alguma coisa para casa. T2 destaca a dificuldade da inserção dos atendidos no mercado de trabalho, pois algumas mães assumem uma

postura protetora e não querem a inserção dos seus filhos em diferentes espaços, porém, não observam essa questão pela importância da conquista da autonomia.

Eu tenho um atendido que queria muito trabalhar e a mãe não aceitava, e com muita conversa, preparando os pais, preparando a casa, eles entenderam que ele precisava. Ele me mandou uma foto com uniforme da empresa da Bunge Alimentos, com a máscara, fazendo joia, porque ele estava começando a trabalhar. E a alegria dele de estar trabalhando, sabe... [é gratificante]. (T2).

A técnica da instituição D ainda destaca o distanciamento entre a compreensão das políticas públicas e as famílias. Muitos familiares não têm conhecimento da política, o que falta é conhecer a política e ter esse contato maior com ela. Ressalta que as famílias precisam ter contato com as políticas públicas e os direitos antes do filho ser adulto. Para T2, deveria haver um movimento para que, quando uma criança surda nasce, houvesse todo um processo de acompanhamento e orientação, para que a família compreendesse quais são as suas demandas e como elas podem ser atendidas. Há necessidade de orientação para as famílias, no sentido de superar a ideia de que o assistencialismo seja limitado à distribuição de cestas básicas.

Mediante os dados coletados, podemos aferir que os Centros-Dia são espaços educativos potenciais, regidos por princípios éticos, políticos e estéticos, submerso por demandas socioeducativas embora não se reconheçam nesta dimensão.

Considerações Finais

A respeito da historicidade, foi possível perceber que, a partir dos movimentos das pessoas com deficiência e suas famílias como protagonistas, na reivindicação e proposição de novas normativas para estabelecer os direitos deste grupo, para exercício de sua cidadania, as concepções políticas foram se alterando e, com isso, novas políticas públicas foram sendo elaboradas. A PNAS, de forma integrada com os direitos da PCD e com a Convenção de 2008, expandiu políticas públicas e programas voltados a este público, concebendo o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, oferecido no Centro-Dia.

Nessa conjuntura, nos apropriamos da teoria de Paulo Freire, no sentido de compreender o grupo PCDs como sujeitos da educação social, pois a pedagogia freiriana tem como fundamento: a emancipação, o exercício da cidadania, a participação e a inclusão de grupos que estão à margem da sociedade. No processo de coleta e análise de dados notamos a existência de segregação entre a área do Serviço Social e da Educação, e demarcamos que a articulação e ação intersetorial seria ganho e benefício a ambas as áreas e seus atendidos.

Tivemos recusa de duas instituições e/ou coordenadoras, visitadas de participar da pesquisa pela ancoragem teórica freiriana, considerada ultrapassada e não alinhada à atividade dos Centros-Dia, o que foi expresso no contato. No entanto, os dados coletados referendam que a base epistemológica freiriana tem aplicação plausível, norteada pela dialogicidade, considerando as vivências dos sujeitos no cotidiano a partir da própria realidade, por meio de suas múltiplas determinações e interações.

A respeito da prática, podemos afirmar que os Centros-Dias que participaram da pesquisa realizam práticas educativas, evidentemente de maneira particular, pois realizam atividades que contribuem para a formação humana dos atendidos e familiares. A exemplo, a técnica da Instituição C elencou uma série de atividades como visitas externas, e expôs que "*já fizeram curso de cabeleireiro, já fizeram curso de alimentos*" (T1). Além deste, T2 também trouxe exemplos de como funcionam as práticas educativas referentes ao letramento de surdos por meio da LIBRAS.

Cabe ressaltar que, no momento de nossa pesquisa, realizada no contexto pandêmico, que pudemos analisar, por meio dos relatos, que todas as atividades foram adaptadas para que o serviço não cessasse. Portanto, o atendimento foi realizado com variações, mas sempre priorizando os seres humanos.

O senso comum denota que a Assistência Social é meramente destinada ao assistencialismo, esse ligado à caridade. No entanto, pudemos observar que vai além desta delimitação. O Centro-Dia é preocupado com a formação humana e social da PCD e suas famílias, que vai desde a compreensão de sua condição, o aprimoramento das faculdades motoras e cognitivas até a inserção no mercado de trabalho.

Apesar das dificuldades estruturais e sociais, os Centros-Dia possuem um papel fundamental na construção de uma sociedade inclusiva e igualitária no que se refere às PCDs, acolhendo-os, desenvolvendo e melhorando suas qualidades físicas e sociais, como fora demonstrado no decorrer da pesquisa. Esta pesquisa demonstrou que o campo da Educação pode pesquisar esse modelo de instituição, a ponto de enriquecer o debate sobre esses modelos de instituição, não a delimitando como objeto de estudo do Serviço Social. Assim, esperançamos por mais debates e estudos nesta linha, para que se tenha como finalidade a melhora da qualidade de vida das PCDs, bem como sua inserção social e inclusão.

Referências

ARAÚJO, E. T. de.; CRUZ, D. L.; **Orientações técnicas sobre o serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência e suas Famílias ofertado em Centros-Dias de referência:** metodologias e técnicas acessíveis no serviço. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2013.

ARAÚJO, E. T.; SANTANA, S. J. Configurações locais da rede socioassistencial do SUAS para proteção social de pessoas com deficiência e suas famílias: olhares a partir dos Centros-Dias de referência na região do Nordeste do Brasil. **Revista de Gestão Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 73-91, set./dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social. Brasília, 1993.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 148, 15 de outubro de 2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto legislativo nº. 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007). Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2008.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2009.

BRASIL. **Avanços das Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência**: uma análise a partir das Conferências Nacionais. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2012.

BRASIL. Orientações sobre o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias. **Serviço especializado no SUAS para Pessoas com Deficiência em situação de dependência de cuidados**. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2013.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO SUAS DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PONTA GROSSA - FASPG. **Proteção Social Especial de Média Complexidade - Rede de Assistência Social em Ponta Grossa**. Blog. Ponta Grossa, 23 jul. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Política e Educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, J. S. de. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Jundiaí: Paco, 2015.

ZYCH, A. C.; UJIIE, N. T. O instigador Paulo Freire e os entornos da diversidade. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 1, p. e2916, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/2916>. Acesso em: 25 fev. 2024.

Recebido 06/07/2024

Aceito: 25/02/2025

Publicado: 07/03/2025

